

Pernambuco e Alagoas. Agradecemos ao País inteiro, que se mobilizou e enviou alimentos, remédios, vestuários, colchões, lençóis, cobertores para o Nordeste, mas o que aconteceu foi uma calamidade que se abateu sobre aquela Região. Passado esse momento de calamidade, o que o Nordeste quer é a atenção do Governo Federal para dotar a Região da infra-estrutura econômica necessária para que os seus empresários, os seus agentes econômicos possam produzir, possam gerar riqueza.

E citaria algo que muitos não sabem, até mesmo o tão combatido setor sucroalcooleiro, os chamados usineiros do Nordeste, os usineiros do País: no ranking dos 100 maiores produtores de álcool e açúcar do mundo, o Nordeste tem o segundo menor custo. O menor custo é da Região Sudeste – São Paulo. Portanto, até mesmo numa atividade que é tradicional, pois há 450 anos o Brasil produz açúcar e álcool, o Nordeste apresenta o segundo menor custo do mundo, o que mostra que seus empresários e agentes produtivos têm competência, têm capacidade empreendedora.

Por isso dizemos que a Região não quer esmola, e sim prioridade para os seus investimentos. E consideramos imprescindível que seja levada adiante uma profunda reflexão sobre as políticas regionais, que não podem restringir-se a estímulos dispersos, sob a forma de renúncias fiscais.

A forte concentração espacial da base produtiva indica que, sem a intervenção do Estado, os desequilíbrios regionais tenderão a se perpetuar, projetando um cenário de insatisfação e conflitos sociais crescentes.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Luciano Castro) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Joaquim Francisco. S.Exa. disporá de 25 minutos.

**O SR. JOAQUIM FRANCISCO** (PFL– PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em 5 de maio esta Casa aprovou, num momento histórico, a Lei de Responsabilidade Fiscal, uma lei importantíssima para os novos rumos do País e que foi objeto de vários estudos na área do Executivo. Durante quatro meses o Ministério do Orçamento e Gestão recebeu mais de 5 mil consultas, sugestões e críticas pela Internet. Posteriormente, foi criada Comissão Especial para proferir parecer na lei complementar.

Presidi a Comissão ao lado do Deputado Pedro Novais, Relator da lei. Fizemos modificações. Participamos de mais de 500 horas de reunião. Debates com o Ministério Público, com o Tribunal de Contas da União, com Tribunais de Contas dos Estados, com Governadores e com Secretários de Estado.

No dia da votação, encaminhando favoravelmente, tive o prazer de ver, posteriormente, que a lei foi aprovada, em ano eleitoral – dado positivo para uma mudança da cultura em relação às finanças públicas –, por 386 votos a favor e apenas 80 votos contra.

Agora, Sr. Presidente, cabe a todos nós prosseguir com o trabalho pedagógico de levar ao conhecimento da maioria da sociedade brasileira os benefícios que a Lei de Responsabilidade Fiscal pode trazer para a gestão pública. Essa Lei tem como lema fundamental: “Não se pode gastar mais do que arrecada”. Com isso, estamos caminhando com passos seguros para que a gestão pública seja mais transparente, para introduzir, de uma vez por todas, o planejamento das ações de Governo e impedir o que ocorreu, durante longo tempo, no final do mandato dos gestores públicos, sobretudo agora, perigosamente, com o instituto da reeleição, não houvesse a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Tenho sentido positivamente – gostaria de dar o meu depoimento inicial – que há efetivamente adesão da opinião pública à Lei de Responsabilidade Fiscal. Já participei de mais de trinta debates com estudantes, empresários e organizações de classe e em todos se verifica positivamente que há a adesão à mudança da cultura, à forma de enxergar a gestão pública no Brasil.

Sr. Presidente, as organizações que analisam o risco Brasil, percebendo essa mudança de mentalidade, já sinalizam para o aumento da classificação positiva do Brasil, o que vai resultar, sem sombra de dúvida, na melhoria da captação de recursos externos para injetar na economia brasileira.

Faço este registro para que possamos continuar com esse trabalho de divulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal, obtendo novos adeptos, fazendo com que o administrador público adira a seus princípios, diferente de alguns Prefeitos que aqui estiveram que entendiam que essa lei tinha o objetivo de puni-los. A lei não atinge só os Prefeitos, mas as três esferas de Poder e os três níveis da Federação. Todos têm a obrigação de fazer com que a Lei de Responsabilidade Fiscal se materialize, sobretudo porque um dos artigos da lei exige o relatório de gestão fiscal publicado a cada quatro meses pelo Presidente desta Casa, do Congresso Nacional, do Supremo Tribunal Federal, Presidente da República, Governadores de Estado e Prefeitos. Todos vão mostrar de forma transparente, por meio de publicação em jornais de grande circulação, divulgação na imprensa e Internet, que o passado do gasto mal concebido, da gestão sem planejamento e do desvio do dinheiro público efetivamente é passado. Daqui para frente, na minha opinião

e na da grande maioria dos articulistas econômicos e políticos, assim como na de empresários e de políticos de um modo geral, a lei veio para ficar, para mudar e para transformar a gestão das finanças públicas no Brasil. É nisso que acreditamos.

Concedo aparte ao nobre Deputado Joel de Hollanda.

**O Sr. Joel de Hollanda** – Deputado Joaquim Francisco, nunca é demais ressaltar a importância da Lei de Responsabilidade Fiscal, e ninguém melhor do que V.Exa. para fazê-lo. V.Exa. relatou essa matéria com muita competência, com muita dedicação e fez com que o Brasil inteiro tomasse conhecimento de uma medida que é extremamente importante: a responsabilidade em relação ao dinheiro público, aos gastos públicos. A Lei de Responsabilidade Fiscal não somente proíbe gastar mais do que se arrecada, como estabelece uma série de procedimentos a serem adotados pelos gestores públicos no sentido de bem aplicarem os recursos e com isso fazer com que o setor público maximize os benefícios sociais dos impostos que arrecada. Hoje estamos aí na grande discussão sobre a obra do TRT, que foi superfaturada. Também discutimos recentemente as centenas de obras inacabadas espalhadas por este País. Pois bem, um dos méritos da Lei de Responsabilidade Fiscal é pôr termo a essas obras inacabadas; é não permitir que surjam mais. Nenhum Prefeito pode iniciar novas obras sem que tenha concluído as anteriores. É preciso dar continuidade às ações de Governo, de tal forma a evitar esse desperdício de recursos. Por isso, V.Exa. tem toda razão quando mais uma vez ressaltava a importância da Lei de Responsabilidade Fiscal, que hoje inclusive foi complementada por uma série de atos assinados pelo Presidente sobre ética na administração pública, tudo para fazer com que o Brasil modernize-se nessa parte, que cada vez mais conscientize-se de que os recursos públicos são escassos e que devem ser bem aplicados, em função do bem comum e do social. Quero novamente parabenizar V.Exa. pela relatoria desse importante projeto de lei que já está em execução e que, sem dúvida, dará uma grande contribuição à administração pública do nosso País. Muito obrigado.

**O SR. JOAQUIM FRANCISCO** – Agradeço a V.Exa., nobre Deputado Joel de Hollanda, o aparte, fruto de sua competência técnica e política, de sua experiência como administrador, inclusive por ter ocupado a Secretaria de Estado, onde teve excelente desempenho. O aparte de V.Exa. contribui para que possamos ter êxito cada vez maior na aplicação dessa importante Lei de Responsabilidade Fiscal.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o desafio maior do mundo moderno é a obtenção da paz e segurança internacional. Isso por tratar-se tal façanha do colarinho de princípios de há muito perseguidos pela civilização e que, contraditoriamente, persistem em distanciar-se da realidade, não obstante os indiscutíveis e apreciáveis avanços no sentido de vê-los alcançados.

Constitui lugar-comum afirmar que o planeta é toda uma conflagração, com focos de incêndio a eclodir constantemente e cujas labaredas espraiam-se com o furor destrutivo de sempre. A cada contenção dessa fúria em espaços localizados correspondem novos surtos de explosão, num processo de recorrência e recrudescimento que parece inesgotável. É algo assim como se o subsolo dos conflitos estivesse em permanente ebulição, pronto para aflorar à superfície de onde alguns dos seus efeitos tivessem sido apenas provisoriamente aplacados. Metaforicamente, a chuva benfazeja da pacificação, sazonal por natureza, seria insuficiente para debelar de uma vez por todas o fogo das controvérsias, não raro milenares e incrustadas nas raízes da espécie humana.

Problema ainda mais grave em tal contexto é o que remete à noção de generalidade dos sinistros. Dessa perspectiva, não há espaço geográfico, em que pese os níveis da prosperidade material e pujança cultural de algumas áreas sem dúvida extensas, imune aos produtos e subprodutos das crises por vezes fratricidas e genocidas. O mundo tornou-se pequeno demais para permitir isolamentos, alheamentos e indiferenças. Aos guetos de maior dramaticidade de flagelos opõem-se diminutas ilhas paradisíacas. Estas vão perdendo sua condição de excepcionalidade na medida do aprofundamento do contato com uma realidade constrangedora e inaceitável, vigorante para além de suas fronteiras; fronteiras que vão esmaecendo também na medida direta do “aldeamento” do globo, à conta da simultaneidade e instantaneidade das comunicações, e à conta, por igual, de pressões que se tornam progressivamente agudas, cujo desdobramento poderá vir a engolfá-las.

Daí a imperiosidade, Sr. Presidente, cada vez mais percebida pela comunidade internacional, de que se instaure um mínimo de calma nesse mar de agitações, sob pena de todo o orbe equiparar-se à imagem de um constante barril de pólvora. Evitar a catástrofe, obra prioritária dos segmentos mais lúcidos e equilibrados da comunidade, equivale à implementação da paz e da segurança internacionais.

A consecução de tal proeza é trabalho que demanda paciência, persistência, idealismo e realismo, pois são muitos os fios desse novelo multiforme. Aqui

também não há meadas isoladas do contexto geral. As questões aí entrelaçadas têm a ver com etnias e culturas, com feridas nunca cicatrizadas e divergentes conceitos históricos, filosóficos e ideológicos; têm a ver com contraditórias concepções de vida, com distanciados níveis educacionais e sociais; e têm a ver também com choques de toda sorte, os quais estão sempre a envenenar os relacionamentos humanos, desde os individuais aos tribais, desde os regionais aos nacionais, desde os vizinhos de uma mesma aldeia aos antípodas continentais.

Num cenário assim incluem-se e ganham relevo os aspectos políticos, militares e econômicos. Embora relevantes e fundamentais, esses aspectos não se eximem da condição de intercontextualidade. Ao contrário, a política está atrelada à força persuasiva e dissuasiva das armas, que, por seu turno, se atrela a outra força básica, da qual depende e com a qual costuma conformar-se: a econômica.

Num mundo ideal não deveria, ou não deverá, ser assim. Mas não estamos num mundo ideal; por mais que o pretendamos construir. Nesse mundo, a que aspiram os homens de boa vontade – cujo número, a despeito de tudo, tem aumentado constantemente, à luz do que se espera venha a ser consubstancial à condição humana e indissociável de sua evolução e destinação –, a edificação da paz não seria um desafio, e sim um objetivo visualizável e concretizável a curto prazo. Lastimavelmente, a lentidão é uma das características desse processo.

No entanto, ele se encontra plenamente em curso, a despeito das tantas barreiras que se lhe antepõem. A criação e o funcionamento crescentemente eficaz de instituições internacionais voltadas em grau de prioridade para aquele objetivo são instrumento ratificador dessa possibilidade. A Organização das Nações Unidas, que hoje congrega duas centenas de países, tendo quadruplicado, portanto, o quadro das cinco dezenas iniciais, é um dos alicerces dessa construção, ainda submetida aos abalos sísmicos de um planeta tão pequeno quanto complexo e indecifrável, tantas as nuances do mosaico – e do labirinto – em que ele se constitui.

De qualquer sorte, a tão-só existência da ONU, marco institucional de uma nova era de relações multilaterais e símbolo daquelas mais elevadas aspirações que resistem às investidas da desolação e dos jogos constantes de poder, é um eixo referencial de esperança. Ora, a ONU é fruto da política, entendido o termo no sentido de ciência e arte das convivências e das convergências em meio às divergências e dissolvências. E a política não funciona no vácuo, não opera na inércia. A

comunidade das nações já pagou tributos excessivos à inaplicação política aos seus confrontos. Não importa que continue a pagar a conta dos entrecosques. O mundo, sobretudo em seus componentes mais ajustados aos primados da civilização, não tem mais o direito de repetir os erros que tanto o infelicitaram e cujas reverberações ainda se fazem sentir.

Na política, em conseqüência, inscrevem-se as rotas que conduzem àquele posto de amistosidade ou pelo menos de não-agressividade. Entretanto, se não se movimenta no vácuo, a política tem de superar-se, transcendendo seus limites simbólicos para projetar-se nas searas de outras peças componentes do tabuleiro mundial. Nesse jogo de xadrez também cobram prevalência aqueles dois outros aspectos: o militar e o econômico. Uma potência militar, mesmo que não o seja estritamente do ponto de vista econômico, pode, até por analogia etimológica, determinar as regras do jogo. O uso da força guarda íntima correlação com a história da humanidade. Não nos é permitida a ingenuidade, por mais idealistas e utópicos que sejamos, de fugir a esta contundente constatação, mas nos é permitido trabalhar com a hipótese de que as coisas estão mudando. Quando nada, começa a ganhar contorno mais nítido no horizonte psicossocial moderno a compreensão de que o uso da força pela força não é suficiente para dirimir pendências e superar conflitos. Ademais, tende a cristalizar-se o entendimento de que a recorrência a arsenais de limitado alcance devastador pode reverter ao ponto de origem, no que se poderia denominar de efeito bumerangue. Ainda: também ganha maior configuração no cenário do mundo um ente que vai saindo do abstrato para o tangível, a que se dá o nome de conscientização universal.

Por último, ressalte-se o aspecto econômico da questão, umbilicalmente vinculado aos demais. Uma das mais obstinadas e lastimáveis facetas que cobre de sombras o mapa-múndi é exatamente a disparidade das condições econômicas não apenas entre países, mas entre regiões de um mesmo país. Está aí o fulcro daquele desafio básico, que remete a contrastes insuportáveis e responde pelo ignominioso conluio entre a fartura e a escassez, a opulência e a pobreza, o luxo e a miséria.

A iniquidade aí flagrante é o rastilho de pólvora responsável por tantas conflagrações. Isso porque a economia é que condiciona as relações de troca, o usufruto do progresso científico, a geração dos bens e das benesses, o exercício da dignidade humana, a aplicação da justiça e a prática da solidariedade. A potencialização econômica é que abre as portas do

convívio social, da contornação da indigência, da própria viabilidade daqueles modelos pacíficos.

Ora, o que se presencia na atual textura universal é a multiplicidade de mundos tão distintos economicamente, que fica difícil imaginá-los pertencentes a um mesmo planeta. Pode-se ir mais adiante e sugerir que o quadro tende a agravar-se, não obstante a propalada globalização da economia ou, talvez, pelo menos em parte, em decorrência dela. A persistirem as atuais situações de empobrecimento de vastas e cada vez mais populosas regiões do planeta, será tarefa de duvidosa realização a de alcançar a paz e a segurança. Cito o exemplo da China, que teve a oportunidade de visitar, na condição de Governador de Estado, cuja renda *per capita* é de 300 dólares e o crescimento anual da população é de 16 milhões de pessoas, ultrapassando 1 bilhão e 200 milhões de habitantes. A Índia, no ano passado, tinha mais de 1 bilhão de habitantes, representando esses dois países quase 40% da população mundial.

Aliás, é de ver que não se trata tão-somente de regiões, mas de áreas, por vezes de mínima extensão, localizadas nas fronteiras de um mesmo contexto geopolítico, de um mesmo território social. O problema, antes de internacional, é inter-regional e interpessoal.

Aprofundando um pouco estas considerações, vale retomar dois pontos da questão. O primeiro deles refere-se à mencionada universalização instantânea dos meios de divulgação. Não há mais espaços isolados no mundo, restritos às suas próprias condições de atraso, absolutamente ignorantes do impressionante progresso científico, tecnológico e cibernético atingido pela inteligência planetária. O acesso, mesmo que superficial e mal assimilado, à revolução empreendida nos últimos tempos, é indutor de questionamentos e demandas, vetor de clima de revolta e radicalização. Conceda-se que a recíproca é verdadeira, pelo menos em parte: a abertura das portas dessa realidade sombria às sociedades mais ricas e conscientizadas, antes tendentes a atribuir à fatalidade e às naturais diferenças entre pessoas e povos o estágio inferior de evolução, é propiciadora de mal-estar, desconforto e constrangimento, contribuindo para realçar aquilo que chamei de conscientização universal. Isso, porém, não é suficiente para a implementação de ações transformadoras, capazes de modificar, por meio de políticas abrangentes e humanitariamente efetivas, a estrutura sedimentada das desigualdades.

Ao mesmo passo, Sr. Presidente, populações inteiras compostas de milhões e milhões de pessoas de todas as idades amargam estado fronteiriço da barbárie em grau de primitivismo capaz de inviabilizar

alternativas de curto e médio prazos. O risco maior está nos contenciosos prevaletentes no território habitado por essas tantas populações. Isso em decorrência de desencontros seculares, que as levam a destruir-se em guerras tribais que as dizimam, envolvidas em caldo de cultura belicoso e fratricida, quadro do qual resulta o aniquilamento de gerações inteiras, cuja incorporação à sociedade civilizada vai se fazendo cada vez mais inviável ou improvável.

Em um mundo assim, de tamanhos desafios e descaminhos, como lograr a paz e a segurança? Nenhuma possível resposta dispensará o concurso das instituições internacionais, sobretudo aquelas como a ONU, cujos propósitos essenciais assentam exatamente na consecução daquele objetivo. Por mais difícil que seja a tarefa, é de sua competência realizá-la, como é de sua competência, por se constituir centro irradiador do diálogo entre os países-membros que aderiram aos seus estatutos, rever-se e reformular-se internamente, dotando-se dos instrumentos indispensáveis à operacionalidade dos mandamentos que lhe dão sentido e consistência.

Aqui não se está a falar, Sr. Presidente, de ações pontuais ou emergenciais, importantes e indispensáveis que elas sejam. Estamos a nos referir ao que a Organização, na verdade, vem fazendo com os consabidos fluxos e refluxos de sua já longa história, assinalada por reveses e êxitos. É amplo, variado e fecundo o repertório de suas atuações, inclusive aquelas não diretamente ligadas a fins pacíficos. O bem-estar das nações, por ela perseguido sob a tutela de suas múltiplas agências, é propiciador daquele estágio. Assim como é, talvez até em substância ainda mais densa, a função pedagógica por ela exercida em meio aos povos de todas as latitudes, despertando-os para a possibilidade e a necessidade do mútuo respeito, da aceitação das suas singularidades e da superação das suas discordâncias.

Desse ângulo de visão, a ONU vem diligenciando, na medida mesma do seu amadurecimento institucional, com vistas a exercer papel hoje consensualmente considerado como relevante e insubstituível, de elemento de compensação ao potencial hegemônico de alguns dos seus componentes, em face da esmagadora maioria das nações mais frágeis.

Estas são nações ainda não resolvidas, ainda em fase de afirmação, às voltas com entraves e impasses de variada natureza; nações que nem mesmo se auto-sustentam, ao contrário, dependem das mais prósperas, que sobre elas exercem, não raro, influências que beiram a dominação e a descaracterização.

A despeito da magnitude de sua missão, a ONU, todavia, não pode operar milagres. Sua sobrevivência, pelo menos em nível que não a confine aos limites do decorativo e do retórico, depende, por óbvio, dos países que a constituem e, ainda mais claramente, dos países líderes que a constituem. Vale dizer, ela é depositária dos ideais de paz e prosperidade em um mundo conflagrado e desigual, onde nacionalismos e exclusivos quase sempre radicalizados e refratários a concessões não coincidem com aqueles ideais.

As louváveis intenções dos que a criaram, os grandiosos dispositivos constantes de sua carta, a concordância dos seus signatários quanto à indispensável sistematização dos propósitos e emblemas da civilização moderna, tudo isso, vez em quando, cede lugar à discórdia, à inconformação, ao impulso reivindicatório e destruidor, pois a ONU não incorpora um superestado, um país universal com prerrogativas de controle, monitoramento e coerção. Assim fora, o mundo seria diferente, para o melhor ou para o pior, configurando-se esta última hipótese no caso de pleno e incontestável domínio dos mais fortes sobre os mais fracos.

Até onde pode ir a ONU quando confrontada, por exemplo, com princípios de soberania nacional, de não-intervenção em questões internas dos países e não-imissão em assuntos domésticos? Eis a grande dúvida que se coloca como dado internacional. Até onde primados como o do respeito aos direitos fundamentais do homem, da proteção à infância, da preservação do meio ambiente, da defesa dos postulados sem cuja observância estará em risco a própria sobrevivência da espécie humana; até onde primados como esses dizem respeito apenas ao país que os descumpre? Por outro lado, quem garante que, a pretexto de resguardar tão nobres padrões, também se resguardará a independência de cada país, sobretudo aqueles mais vulneráveis à intrusão externa, seja esta perpetrada por uma entidade internacional, por um grupo de países, por um outro país ou mesmo por uma corporação privada, nestes tempos de privatização, talvez precursora dos superestados corporativos?

Agora mesmo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos assistindo ao apoio dado pelos Estados Unidos da América à Colômbia, no combate ao narcotráfico. Tive oportunidade, há dois meses, de visitar o Projeto Calha Norte mais uma vez, que acompanhei quando fui Ministro de Estado do Interior, e verifiquei a preocupação dos militares e dos residentes naquela região. Caso haja um princípio de ação mais dura ou mais ríspida por parte de militares da força conjunta dos Estados Unidos e da Colômbia, guerrilheiros colombianos poderão adentrar o território bra-

sileiro, mal fiscalizado, sem recursos para conter a fúria daqueles que se dedicaram à guerrilha armada. É a apreensão que também trago a esta Casa.

Este, Sr. Presidente, o desafio para a paz e a segurança internacional. Desafio a ser perseguido e vencido pelo progressivo entendimento de que tão-somente pela consecução daquele ideal o mundo continuará a existir e a prosperar. A tribuna internacional, cada vez mais aprimorada e fortalecida, é o caminho único e eficaz para a transmutação, em realidade, de uma utopia que, como tantas outras adormecidas no coração humano, um dia conhecerá a luz.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Joaquim Francisco, o Sr. Luciano Castro, 2º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Joel de Hollanda, § 2º do artigo 18 do Regimento Interno.*

## VI – PROPOSIÇÕES

Os Srs. Deputados que tenham proposições a apresentar queiram fazê-lo.

*APRESENTA PROPOSIÇÃO O SENHOR:*

**RONALDO VASCONCELLOS** – Projeto de lei que especifica que os programas de incentivo ao turismo financiados, no todo ou em parte, por instituições financeiras oficiais deverão considerar normas e padrões de qualidade e de responsabilidade ambiental comprovados e reconhecidos.

**O SR. PRESIDENTE** (Joel de Hollanda) – Passa-se ao horário de

## VII – COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Geraldo Magela, pelo PT, em permuta com o Sr. Deputado Clementino Coelho.

**O SR. GERALDO MAGELA** (Pt– DF. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a imprensa noticia hoje que o Presidente da República anunciou pacote de medidas para controle dos gastos públicos e o chamado Código de Ética dos Funcionários, com o objetivo de impedir o desvio de recursos públicos nas obras governamentais.

Em princípio, temos todos de apoiar iniciativas dessa natureza, mas ao mesmo tempo desconfiar de muitas delas, até porque sabemos que o Presidente da República as adota quando denúncias envolvem o seu Governo, implicando pessoas da sua mais absoluta confiança, a exemplo do seu ex-secretário particular, Sr. Eduardo Jorge. Temos de reconhecer o valor